

Imigração ibérica: reflexões sobre trabalho e sobrevivência de mulheres portuguesas e galegas no Rio de Janeiro

Iberian immigration: reflections on the work and survival of Portuguese and Galician women in Rio de Janeiro

Inmigración Ibérica: reflexiones sobre el trabajo y la supervivencia de las mujeres portuguesas y gallegas en Río de Janeiro

Érica Sarmiento*

<https://orcid.org/0000-0001-6133-4328>

Lená Medeiros de Menezes**

<https://orcid.org/0000-0003-2789-0464>

RESUMO: Durante muito tempo, as mulheres foram relegadas a um segundo plano nos estudos migratórios, condenadas a uma invisibilidade, incompatível com sua participação ativa nos processos de deslocamentos. O artigo contempla o Rio de Janeiro como terra de chegada e seu objetivo é dar voz a mulheres portuguesas e galegas e à luta por elas travada no espaço do trabalho, através de fontes quantitativas, nominativas, e depoimentos orais.

Palavras-chave: Imigração ibérica. Mulher e gênero. Rio de Janeiro. Trabalho e sobrevivência.

ABSTRACT: For a long time, women were relegated to the background in migratory studies, condemned to invisibility, incompatible with their active participation in displacement processes. The article contemplates Rio de Janeiro as the land of arrival and its objective is to give voice to Portuguese and Galician women and to the struggle for them locked in the space of work, through quantitative, nominative sources and oral testimony.

* Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professora Adjunta de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ). Pesquisadora Produtividade CNPQ. Nível 2; Pesquisadora Jovem Cientista do Nosso Estado FAPERJ. E-mail: erisarmiento@gmail.com

** Professora Emérita e Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPQ. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ). Fundadora e coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI). E-mail: lenamenezes@hotmail.com

Keywords: Iberian immigration. Woman and gender. Rio de Janeiro. Work and survival.

RESUMEN: Durante mucho tiempo, las mujeres fueron relegadas a un segundo plano en los estudios migratorios, condenadas a una invisibilidad, incompatible con su participación activa en los procesos de desplazamientos. El artículo trata sobre el Río de Janeiro como la tierra de llegada y su objetivo es dar voz a las mujeres y las peleas portugués y gallego para ellos encerrados en el espacio de trabajo, a través cuantitativa, fuentes nominativas, y el testimonio oral.

Palabras clave: Inmigración ibérica. Mujer y género. Río de Janeiro. Trabajo y supervivencia.

Como citar este artigo:

Sarmiento, Érica; Menezes, Lená Medeiros de. “Imigração ibérica: reflexões sobre trabalho e sobrevivência de mulheres portuguesas e galegas no Rio de Janeiro”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 2 (2020): 359-385.

Introdução

“Silenciosas, as mulheres?” - pergunta Michelle Perrot em livro no qual discute a história das mulheres, defendendo a tese de que a invasão da presença e da palavra femininas foram “inovação do último meio século” e mudaram o “horizonte sonoro”. Apesar desse ruído, entretanto, segundo a autora:

Subsistem (...) áreas silenciosas e, no que concerne ao passado, um oceano de silêncio, ligado à própria divisão desigual dos traços, da memória e, mais ainda, da história, essa narrativa que, há muito tempo, ‘esqueceu’ as mulheres, como se, condenadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora de tempo, pelo menos fora dos eventos. (Perrot 1998, I)¹.

Quer se trate da escrita de uma história das mulheres ou de estudos de gênero, a proposta de compor uma narrativa sobre o passado, que fuja a uma escrita masculina, é não só esforço recente quanto cenário permeado por “zonas de sombra”. Algumas dessas sombras recaem sobre mulheres que vivenciaram – e vivenciam – processos de deslocamentos; tão ou mais espessas conforme as tradições culturais envolvidas.

A escrita de uma história no feminino – que contempla, principalmente, mulheres ² vem abrindo novos horizontes no que tange aos estudos migratórios. Cada vez mais, surgem trabalhos que demonstram que as mulheres, longe de ocupar o “lugar” da passividade, assumiam – e

¹ Tradução livre das autoras.

² Observe-se que ainda são pouquíssimos os trabalhos que tratam da homossexualidade, que ampliem o espectro do masculino e do feminino para além da divisão sexista tradicional.

permanecem assumindo – o protagonismo dos processos, destacando-se - no caso de mulheres que não partiam – sua atuação na decisão de emigrar; nos preparativos para a viagem (Menezes e Matos, 2017);³ na escolha dos caminhos a serem seguidos; na assunção de responsabilidades antes relegadas aos homens na terra natal. Quando partiam, por outro lado, assumiam papel dinâmico na construção de uma nova vida em terra estrangeira.

Essa tendência ganha visibilidade em uma historiografia que tem destinado importante espaço aos estudos dedicados à família, às relações econômicas e às redes sociais. Privilegiados esses temas, é possível perceber, por exemplo, transformações no seio das famílias e no processo da modernização político-econômica, impondo, conseqüentemente, novos papéis a serem assumidos pelas mulheres (Dalla-Corte Caballero 2015, 9). O desenvolvimento dos estudos feministas, desdobrados em estudos de gênero, denota, ainda, o caráter de construção social das sexualidades, com a mulher sendo alçada à condição de Sujeito da história, dotada de voz e participação nas tramas e configurações das sociedades e culturas (Bacelar 2004, 245). Se, de um ponto de vista geral, a Academia, há tempos, reconhecia sua importância em temas específicos, como a questão do trabalho, a mulher permanecia, regra geral, como coadjuvante: acessório destinado a referendar o primado masculino na sociedade. (Bacelar 2004, 245).

Para as mudanças historiográficas ocorridas nos últimos tempos, tem contribuído o uso de fontes nominativas, como registros de passaporte e de saída e entrada nos portos e, principalmente, a chamada história oral, que têm enriquecido os estudos sobre o tema e preenchido importantes lacunas, principalmente as inscritas no plano cultural e das emoções.

Este artigo tem como proposta central propor uma reflexão sobre imigrantes ibéricas, em especial portuguesas e galegas, que se fixaram na cidade do Rio de Janeiro no Pós-Segunda Guerra, 1945-1962 (Duroselle 1978), superando espaços nacionais na determinação da amostra e nas análises realizadas. As fontes principais são avisos publicados em jornais do Rio de Janeiro e depoimentos prestados por imigrantes, em entrevistas realizadas pelas autoras,⁴ com o apoio quantitativo dado por recenseamentos demográficos. Em termos metodológicos, o trabalho utiliza métodos quantitativos e qualitativos. Os primeiros, na demonstração do peso das imigrantes estrangeiras e na análise do crescimento da imigração feminina ao longo dos Novecentos. No segundo caso, um mergulho em trajetórias de vida consideradas emblemáticas, capazes de possibilitar o diálogo entre o individual e o coletivo. Resta dizer que todas as questões éticas

³ Destaque-se, por exemplo, a compra e a arrumação da mala, a determinação de seu conteúdo, a escolha dos alimentos a levar, bem como dos presentes para parentes e amigos emigrados. Sobre o tema, ver Menezes; Matos, 2017.

⁴ As entrevistas foram semi-estruturadas e, depois de transcritas, foram enviadas ao entrevistado, para que ele avaliasse se a narrativa era fiel ao relatado ou se havia alguma coisa que ele quisesse excluir ou acrescentar.

referentes ao uso das entrevistas foram observadas, razão pela qual, em determinados casos, aparece omitido o nome das entrevistadas.

Norte de Portugal e Galícia: caminhos intercruzados

Propondo um olhar que ultrapassa os limites colocados pelas fronteiras nacionais, é possível analisar o norte de Portugal e a Galícia⁵ como um único território de circulação, intercâmbios e deslocamentos. Nesse espaço integrado, a proximidade linguística⁶ mostra-se como importante vetor de análise, sendo significativo, o grande número de palavras comuns às duas línguas.⁷

Em sua tese de Doutorado, posteriormente transformada em livro, Érica Sarmiento analisou a circulação e os deslocamentos que caracterizavam a região. Segundo ela:

O país vizinho não representava só uma oportunidade de trabalho, mas também posteriormente, uma saída para o mar, cobiçada pelos que viajavam clandestinamente, fugindo das obrigações militares. Os portos portugueses presenciaram a despedida de milhares de emigrantes galegos (Sarmiento 2017, 81).

As proximidades linguística e cultural, bem como o fato de galegos terem partido para o Brasil pelo porto de Leixões, da mesma forma que portugueses deixaram a península por Vigo ou por Coruña, levou ao registro de identidades equivocadas nos registros feitos no porto de desembarque. Dessa forma, muitos portugueses entraram no Brasil como espanhóis, sendo o inverso também verdadeiro; ou seja, galegos entraram no país como portugueses, para o que muito contribuiu o uso de sobrenomes comuns. Por outro lado, desde cedo, manifestou-se a tendência de os portugueses serem chamados de galegos em terras brasileiras, com o mesmo peso discriminatório que era utilizado, por parte dos portugueses, em terras ibéricas (Alves 1997; Rodrigues 1994).

A emigração galega para Portugal era um fenômeno conhecido e representava um fator de preocupação para autoridades do século XIX, que viam a saída dos jovens varões como uma perda para o campo e para o serviço militar. Em 1838, o Governador da província de Pontevedra, fronteira com Portugal, informou ao capitão geral da Galícia que

⁵ A Galícia é um território no noroeste espanhol, uma das quatro comunidades autônomas do estado espanhol, que tem seus próprios costumes e idioma, os quais são muito próximos aos costumes do norte português

⁶ A Galícia possui idioma próprio, o galego.

⁷ Registre-se, a existência de um movimento que tem defendido, em suas origens, a aproximação do galego com o português. Algumas iniciativas tomadas, nesse contexto, merecem registro, destacando-se, dentre elas, o convite feito pelo então secretário da Academia Brasileira de Letras (ABL), Antônio Houaiss, a observadores galegos para participação no Encontro Internacional de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa no Rio de Janeiro, por ocasião da discussão do acordo ortográfico entre países lusófonos. Em 2008, para citar outro exemplo, a Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) elaborou o *Léxico da Galícia*, integrado ao Vocabulário da Língua Portuguesa.

(...) las relaciones de los naturales de la provincia de Pontevedra con sus vecinos del Reino de Portugal son comparativamente mayores que las de ninguna otra provincia limítrofe, hasta el punto de que se puede asegurar sin exageración que de alguno de los partidos de esta provincia apenas quedan jóvenes que no vayan a ganar la vida a Portugal” (López Taboada 1994).

Antes de integrarem os fluxos migratórios deslocados ao final do século XIX, em direção ao Brasil, os galegos deslocavam-se pela península ibérica, em busca de complementação de sua renda familiar agrícola. Podemos citar, como exemplos, os galegos naturais do leste e do sul da província de Pontevedra, fronteira com Portugal, que se dirigiam, principalmente, para as cidades de Lisboa e Porto, exercendo ofícios de carregadores ou ambulantes, ou trabalhando nos serviços domésticos e nos pequenos comércios (Alves 1997).

No começo do século XVIII, 30.000 galegos encontravam-se em terras lusitanas. Só na cidade do Porto, no ano de 1856, eles eram 1.856 indivíduos (Vázquez 1999, 223). Segundo o censo português de 1890, eram 27.138 os galegos, distribuídos pelos distritos do norte do país e, principalmente, pelas cidades de Lisboa e Porto (Alves 1997, 81). As migrações intrapeninsulares funcionavam, assim, como um importante apoio econômico e, também, como regulador demográfico, já que muitas regiões galegas produziam excedentes populacionais que a economia local e as atividades agrícolas não conseguiam absorver. Era necessário, então, buscar alternativas em outros espaços, fora das realidades locais (Vázquez 1999).

Algumas fontes históricas apresentam importantes dados acerca das relações entre Portugal e Galícia quanto à circulação nas fronteiras. A partir do levantamento dos livros dos protocolos notariais do município de Santa Comba (A Coruña), encontramos registros valiosos (escrituras de compra e venda, mandatos, testamentos, empréstimos, etc.), que exemplificam e explicam muitos casos de emigração a Portugal, mais especificamente para a cidade do Porto, como transcrito abaixo:

La Manuela González Costa que el tiempo de unirse en matrimonio el Manuel Castiñeira con su hija Manuela Amigo González solicito y obtuvo del mismo por el referido concepto de préstamo la suma de quinientas pesetas, las que le facilitó en diferentes partidas y que habrá ganado en la mencionada ciudad de Oporto⁸.

O trecho acima pertence a uma escritura de empréstimo do ano de 1894, do Concelho de Santa Comba. A viúva Manuela González, de 60 anos, pediu ao seu genro, imigrante na cidade do Porto desde o ano de 1892, um empréstimo no valor de 500 pesetas. A escritura reúne elementos explicativos de suma importância para a compreensão dos vínculos existentes entre a Galícia e o norte de Portugal, e, posteriormente, entre a Galícia e o Rio de Janeiro. De início, um dado relevante é o fato de, apesar do período da escritura compreender os tempos da Grande Imigração

⁸ Protocolos Notariais. Livro 1894, p.569. Arquivo Histórico da Universitário de Santiago de Compostela (AHUS).

para a América (1880-1930), ela representa uma continuação das chamadas migrações peninsulares, ou seja, dos deslocamentos dos galegos a Portugal antes de se dirigirem ao Brasil. Um segundo fator de importância é a origem dos envolvidos na escritura: eles pertenciam à região de Xallas, onde se localiza o município galego com maior índice emigratório para o Rio de Janeiro: Santa Comba (Sarmiento 2017).

No início do século XIX, enquanto a migração galega cruzava o Norte de Portugal, os portugueses do Norte deslocavam-se, de forma massiva, para o Rio de Janeiro:

Dos entrados no porto do Rio de Janeiro e desembarcados na corte entres os anos de 1820 e 1834, a grande maioria era nascida no Norte de Portugal, nas regiões do Douro e do Minho. Provenientes de Trás os Montes, das Beiras, do Algarve e do Alentejo chegaram poucos imigrantes lusos. Também era dos portos do Norte portugueses de onde provinha a maioria dos que arribavam aqui até 1830. A maior parte embarcava na cidade do Porto (Ribeiro 2002, 193).

Esse processo demonstrava a ocorrência de uma significativa alteração nas origens internas dos fluxos. Essa mudança foi facilitada, em parte, pela expansão dos caminhos de ferro, que possibilitou que aldeias do noroeste e norte do país: Alto Douro, Minho, Beiras e Trás-os-Montes, entrassem em contato com portos de embarque para outras terras. Quando a filoxera e o ódio devastaram os vinhedos dourenses, nas décadas finais dos Oitocentos, propiciando uma emigração de massa, essa reorientação já era uma realidade.

Considerando-se o censo imperial brasileiro de 1872⁹, estavam fixados, na cidade do Rio de Janeiro, 55.9933 portugueses e apenas 1.451 espanhóis, que ocupavam, então, a quinta colocação no conjunto das 26 nacionalidades estrangeiras fixadas na cidade. Considerados os números totais, contavam-se 17.302 (23.60%) mulheres no total de 73.306 estrangeiros, a maioria das quais, levando-se em consideração o peso da imigração de sua nacionalidade, eram portuguesas. Voltando-se o olhar para os registros das rubricas relativas à atuação profissional, elas eram religiosas, parteiras, professoras, artistas, capitalistas e proprietárias, comerciantes, costureiras, operárias do ramo de vestuário e chapéus, lavadeiras, criadas e serviços domésticos (a maior quantidade: 7.595), além das consideradas sem profissões (segunda maior incidência).¹⁰ Somem-se a estas aquelas que se posicionavam à margem da “boa sociedade”, como meretrizes e prostitutas, na lógica da expansão dessa atividade - faceta marginal da modernização nas cidades latino-americanas - em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, exemplos paradigmáticos para a América (Menezes 1992).

Computados os números globais, a imigração portuguesa foi sempre majoritária no Rio de Janeiro, chegando a atingir, em algumas conjunturas, percentuais superiores aos 75% no conjunto

⁹ Recenseamento do Brazil de 1872. População da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ G. Leuzinger, [1874?].

¹⁰ Recenseamento do Brazil de 1872. População da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ G. Leuzinger, [1874?].

dos estrangeiros radicados na cidade. Os espanhóis, embora seu número tenha se mantido sempre muito inferior aos portugueses, passaram a ocupar o terceiro lugar nas estatísticas, a partir de finais do século XIX. Por outro lado, se é possível dizer que imigração no Rio de Janeiro significou sempre imigração portuguesa, também é possível afirmar que a imigração espanhola na cidade significou, necessariamente, imigração galega. Nossa hipótese principal baseia-se na ideia de que a emigração galega para o Rio de Janeiro constituiu-se em prolongamento da e/imigração no norte da Península Ibérica, considerando-se a região como macro-espço territorial; dotada de características comuns a ligar Portugal e Galícia.

Pelo porto de Leixões, a partir de sua inauguração em finais do século XIX, embarcaram indivíduos de todas as terras do norte e nordeste portugueses, bem como galegos, como aponta Alejandro Vázquez, para o período que antecede os anos 1870 (Vázquez 1999, 345), quando as saídas ainda se davam pelo porto antigo. A partir de então, a instalação de grandes companhias transatlânticas a vapor nos principais portos galegos facilitou a saída direta para o Brasil. No ano de 1882, por exemplo, saíram dos portos espanhóis 383 galegos, comparados com 24 espanhóis que embarcaram na cidade do Porto. Em 1887, a diferença aumentou, com 535 galegos saídos da Espanha e 22 saídos do Porto (Vázquez 1999, 347). Durante uma parcela considerável de tempo, Portugal teve importante papel na emigração no espaço peninsular e, posteriormente, nos deslocamentos transoceânicos, colocando-se como lugar de passagem para o embarque de galegos em direção ao Brasil.

Como analisamos nos parágrafos anteriores, a região galego-portuguesa caracterizou-se pela forte presença de homens envolvidos nos circuitos intrapeninsulares, antes de enfrentarem a aventura atlântica em direção aos países americanos, na segunda metade do século XIX. A tradição das migrações internas gerou um conhecimento, por parte dos galegos, das oportunidades oferecidas pelas terras brasileiras, através do contato com os portugueses, antigos colonizadores. Na segunda metade do século XIX, a imigração peninsular perdeu, de forma crescente, espaço para as migrações atlânticas. A partir dos fluxos orientados para as Américas, galegos e portugueses – uns recém-chegados e outros já estabelecidos – encontrar-se-iam em terras tropicais, especialmente no Rio de Janeiro.

A imigração galega ganhou, então, um novo significado no imaginário da sociedade carioca: os portugueses – que eram os imigrantes mais numerosos e mais antigos – transformaram-se em “verdadeiros” galegos. O termo foi introduzido, na cidade, pelos próprios portugueses, para se referirem aos jovens patricios que, ao chegarem ao Rio de Janeiro, lembravam os galegos que, nas cidades portuguesas, trabalhavam exaustivamente, em troca de uns poucos níqueis. A representação discriminatória tinha, portanto, raízes histórias, ocorrendo, entretanto, inversão das

nacionalidades. Os jovens caixeiros portugueses, que se iniciavam na árdua experiência imigratória, recordavam, em última instância, os galegos (da Galícia), que buscavam melhoria de vida em terras portuguesas. Por ironia do destino – ou da História –, os galegos, por sua vez, tenderam a se transformar em portugueses no Brasil. Analisando o contexto da época, é possível considerar, como lógica e natural, a interpretação que associava lusos e galegos, tornando-os um grupo indiferenciado, por suas afinidades históricas, geográficas e culturais, passíveis de serem confundidas na perspectiva do elemento nacional.

A análise das inserções espacial e profissional dos emigrados constitui-se, ademais, em importante fator explicativo para a compreensão da identificação galego-portuguesa no Rio de Janeiro. No mercado de trabalho, no período da Grande Imigração, por exemplo, os imigrantes portugueses consolidaram sua presença majoritária no ramo do pequeno comércio e da hotelaria. As mesmas profissões também foram exercidas pelos galegos. Por outro lado, os lusos tenderam a residir e trabalhar nas paróquias centrais, com destaque para a Candelária (até a virada dos Novecentos), São José, Santa Rita e Santana; localidades também habitadas pelos espanhóis/galegos, especialmente, as freguesias de São José, Santa Rita e Santo Antônio. No processo de expansão da malha urbana ambos se fizeram presentes, como, também, existiram proximidades na escolha de zonas de concentração de habitações coletivas, onde portugueses e espanhóis conviviam, no cotidiano, com as classes nacionais mais pobres, formadas por libertos e migrantes de outras regiões brasileiras (Sarmiento 2018; Menezes 1996; Menezes 2007).

As histórias inter cruzadas de galegos e portugueses encontraram no Rio de Janeiro um espaço frutífero de encontros, mas, certamente, também de desavenças e embates. As afinidades, por um lado, serviram para ambos se protegerem do hostil e desconhecido mercado de trabalho carioca. Por outro lado, essa proteção não os livrava da forte exploração que existia entre os próprios patrícios. A mobilidade econômica dependia, sempre, de máximo esforço na difícil e árdua escalada do imigrante ibérico em seus espaços de trabalho. A abastecer o mundo do trabalho carioca, tinham destaque as redes migratórias, que acolhiam os recém-chegados e os inseriam em seus sistemas de exploração e dependência afetiva, razão pela qual, os portugueses e galegos tinham menor presença nas hospedarias de imigrantes. Como “bons irmãos”, galegos e portugueses conviveram pacificamente, mas, seu cotidiano foi marcado, também, por tensões cotidianas. . De qualquer forma, ambos deixaram um legado de trocas na história da imigração na cidade do Rio de Janeiro.

O crescimento da e/imigração feminina ibérica

Segundo o texto introdutório da consolidação dos dados referentes ao Censo de 1920,¹¹ portugueses, italianos e espanhóis representavam: “(...) 88% da população estrangeira no Rio de Janeiro (como já representavam mais de 85% em 1906)”, sendo “incontestável que a esses três elementos deve-se atribuir o predomínio do sexo masculino, observado há muitos anos na constituição demográfica do Rio de Janeiro”.

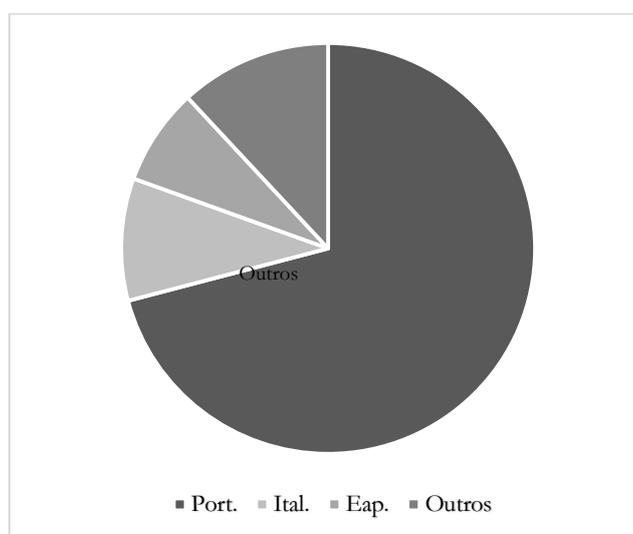


Fig. 1: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria de Estatística. Censo 1920. Elaboração própria, “Estrangeiros no Rio de Janeiro (1920)”.

Constituindo-se nas três nacionalidades mais presentes na cidade, portugueses, italianos e espanhóis tenderam a emigrar sós ao longo do século XIX e na conjuntura da Grande Imigração. A presença minoritária das mulheres era fenômeno que tinha visibilidade por toda a cidade. Jovens solteiros e homens casados, que deixavam esposas chorosas do outro lado do Atlântico a esperar por um retorno que, muitas vezes, não ocorria, adensavam a participação masculina no conjunto da população brasileira. Essa desigualdade de sexos, já havia assim sido analisada na parte introdutória do mesmo censo:

No que diz respeito aos estrangeiros, indicam os coeficientes de sexualidade que os homens são mais numerosos que as mulheres em todos os distritos municipais, urbanos e suburbanos, quer em 1906 quer em 1920, correndo, portanto, o desequilíbrio observado na desigualdade numérica dos sexos por conta da população estrangeira, onde o número das mulheres representa pouco mais de 35% em 1920, contra pouco mais de 28% em 1906.¹²

¹¹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927.

¹² Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil*, realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927.

A desproporção, porém, tendeu a ser atenuada à medida que os Novecentos avançaram, conforme ilustram tanto as estatísticas de entrada quanto os registros censitários que, apesar de remeterem a estoques populacionais e, portanto, sobreporem gerações, tendiam a sofrer o impacto da maior longevidade das mulheres. Dessa forma, em uma perspectiva diacrônica, tornou-se, cada vez mais expressiva a presença feminina, fato explicado, também, pelo processo de reunificação familiar.

O crescimento no número de mulheres imigrantes passou a ter visibilidade desde as décadas finais do século XIX. A participação feminina nos cálculos gerais de entrada, no que se refere aos fluxos deslocados de Portugal, Itália e Espanha, porém, continuou minoritário ao longo de toda a imigração massiva que antecedeu a Primeira Grande Guerra. Após o período de guerras, entretanto, houve uma lenta e contínua expansão da participação feminina, conforme indicam os estoques populacionais medidos pelos censos demográficos.

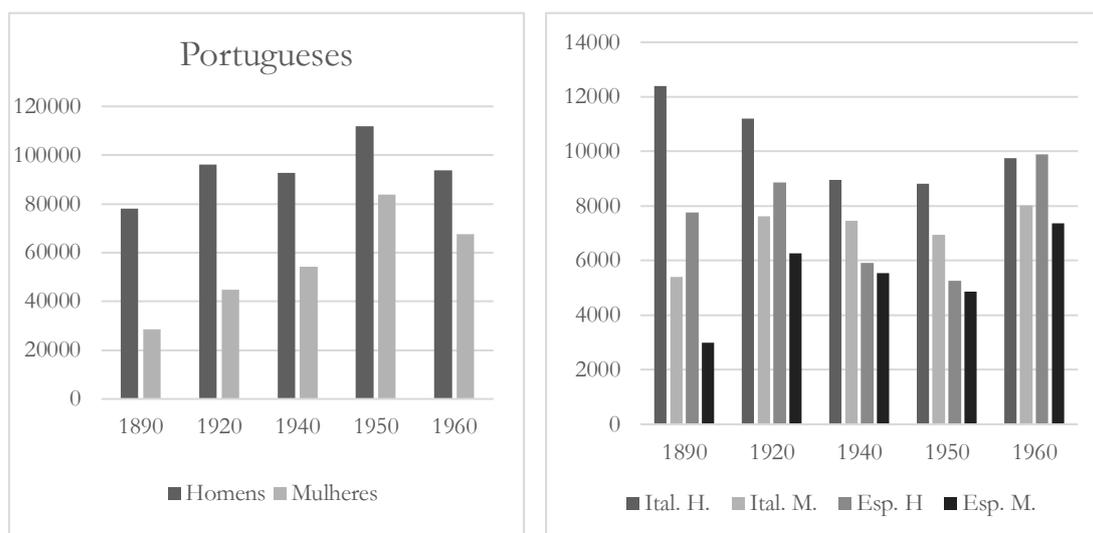


Fig. 2 e 3: Brasil. Brasil. Min. da Indústria, Viação e Obras Públicas, Censo de 1890; Min. da Agricultura, Indústria e Comércio, Censo de 1890; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos de 1940, 1950 e 1960. Elaboração própria. “Portugueses, italianos e espanhóis no Distrito Federal.”

Considerando-se as três nacionalidades mais representadas nos censos de 1890, 1920, 1940 e 1950, o crescimento da presença feminina é expressivo, tendendo a um crescimento contínuo no caso português e a uma relativa estabilidade das duas outras duas nacionalidades, após a virada ocorrida entre 1890 e 1920.

No caso específico dos galegos, os estudos emigratórios para a América indicam que mais de 70% dos imigrantes estavam compostos por homens, mas, após a Segunda Guerra Mundial, o número de mulheres aumentou em até 40%, embora o maior número destas, seguindo a tendência tradicional, tenha se dirigido à Argentina. No ano de 1885, por exemplo, enquanto o país austral

tinha um contingente feminino de 2.081 mulheres, no Brasil havia o registro de apenas 481 galegas, procedentes, em sua maioria, das províncias de Pontevedra (49%), de A Coruña (45%), de Lugo (4%) e de Ourense (1%) (Sarmiento 2017; Vázquez 1999; dentre outros).

No final da última década do século XIX, a emigração feminina sofreu um incremento nas províncias interiores galegas (Lugo e Ourense). As mulheres originárias da província de Ourense chegaram a representar 10% da emigração, enquanto que as lucenses, 9%. Esse aumento do fluxo migratório feminino relacionou-se não só ao desenvolvimento da economia dos países receptores e, conseqüentemente, à ampliação do mercado de trabalho feminino, como, também, à consolidação e amadurecimento dos fluxos migratórios (Vázquez 1999, 374; Eiras Roel 1992, 228-229).

Os números relativos à população fixa na capital brasileira, contabilizados no primeiro recenseamento republicano (1890), demonstram que o quantitativo relativo às mulheres estrangeiras duplicou em menos de 20 anos, atingindo o total de 28.456 (26.97%) portuguesas e 2.971 (27.98%) espanholas, a maioria das quais eram galegas.¹³

Trinta anos depois, o Censo geral de 1920 já se mostrava impactado pelos contingentes chegados ao tempo da Grande Imigração, caracterizada pelo deslocamento massivo de populações dos campos europeus, como resultado do avanço capitalista, principalmente sobre a franja mediterrânica. Nessa conjuntura, de imediato pós Primeira Guerra, o total de mulheres nascidas na península duplicou no Distrito Federal, atingindo o total de 44.908 portuguesas (31, 82%) e 6.257 espanholas (41,36%), registrando-se, portanto, menor distanciamento por sexo no caso espanhol do que no português. No total das mulheres recenseadas, as casadas constituíam ampla maioria: 23.262 portuguesas (51.79% do total de mulheres) e 3.215 espanholas (51.38%). A elas se somavam 15.744 solteiras (14.153 portuguesas e 1.591 espanholas); 8.866 viúvas (7.427 portuguesas e 1.439 espanholas) e 78 mulheres (66 portuguesas e 12 espanholas), com estado civil registrado como ignorado.

No caso dos homens, por outro lado, havia quase equilíbrio entre solteiros e casados (44.965 solteiros e 46.617 casados, no caso português, e 4.403 solteiros e 4.085 casados, no caso espanhol). No caso da viuvez, os dados comprovam a idade mais longa das mulheres, pois as

¹³ Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP). Directoria Geral de Estatística (DGE). Quadro geral dos habitantes de naturalidade estrangeira recenseados no Distrito Federal em 1890. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1898. Arquivo Nacional (Brasil). Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil>. Consulta realizada na documentação que constitui o acervo pessoal de uma das pesquisadoras.

viúvas constituíam quase o dobro dos viúvos, estes apenas 4.480 portugueses e 362 espanhóis, demonstrando a tendência à maior longevidade por parte das mulheres.¹⁴

Expressa na Constituição de 1934 e confirmada pela Constituição de 1937, as cotas de entrada foram calculadas com base nos totais de 1885, estabelecendo-se o percentual de 20% sobre os quantitativos encontrados. No caso dos portugueses, entretanto, decretos específicos relativizaram e, depois, aboliram as cotas de entrada, com base na definição de uma nacionalidade de raízes lusitanas¹⁵.

Nesse novo cenário, a retração nos estoques demográficos refletiu os obstáculos interpostos à reposição dos estoques migratórios, o que teve grande visibilidade no caso de algumas nacionalidades. No caso dos portugueses, o impacto foi muito menor, por razões ligadas não só às cotas a eles atribuídas quanto à sua relativização e posterior desaparecimento. Considerados os efeitos sobre os sexos, observa-se que a retração afetou essencialmente os homens (96.190 em 1920 e 92.753 em 1940), deixando de fora as mulheres, cujos totais numéricos (23.262 em 1920 e 54.187 em 1940) apresentaram crescimento, por conta, em parte, dos processos de reunificação familiar¹⁶.

O Censo de 1940, acima referenciado, foi o primeiro após o estabelecimento das cotas de entrada e expressou o impacto destas, bem como a retração ocasionada pela guerra de 1914 e os anos de crise que a ela se seguiram, tanto por conta das dificuldades impostas nos países de partida quanto por conta da Guerra Civil na Espanha e à ascensão de governos ditatoriais nos dois países. O tímido crescimento ocorrido nos vinte anos que separaram os censos de 1920 e 1940 resultou, assim, de uma conjugação de fatores, embora o peso percentual das mulheres tenha crescido, em parte, como resultado do crescimento vegetativo; em parte como fruto da tendência à e/ imigração familiar. Segundo os registros censitários, havia 54.187 mulheres portuguesas (36.87% em relação ao total de homens e mulheres da mesma nacionalidade) e 5.546 espanholas (48.39%) fixadas no Distrito Federal (então cidade do Rio de Janeiro).

O Pós-Segunda Guerra (1945-1962) (Duroselle, 1978)¹⁷ foi marcado pela revitalização dos fluxos migratórios em direção às Américas. Finda a guerra e normalizada a navegação oceânica, o Brasil tornou-se, uma vez mais, terra de chegada de emigrantes econômicos, aos que se juntaram

¹⁴ Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. População estrangeira, segundo a nacionalidade, sexo e estado civil. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1927. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁵ A resolução nº 34, do Conselho Nacional de Imigração, datada de 24 de abril de 1939, pôs fim a qualquer restrição numérica para a entrada de imigrantes portugueses, sendo apresentados, como fundamentos: a religião, língua, costumes, afinidades históricas e raciais, sendo mencionada, no texto, a existência de fraternidade entre brasileiros e portugueses e sua importância para a formação da nacionalidade brasileiras, considerada, historicamente, luso-brasileira.

¹⁶ Recenseamento Geral do Brasil [1º de Setembro de 1940]. Série nacional, vol. II. Censo Demográfico: População e Habitação. Quadro de totais para o conjunto da União e de distribuição pelas Regiões Fisiográficas e Unidades Federadas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. Biblioteca do IBGE.

¹⁷ Estes são os parâmetros temporais utilizados por Duroselle, que considera o ano de 1962 como o de rompimento das alianças em cada um dos blocos na bipolaridade estabelecida a partir de 1947, quando a Inglaterra, que até então fazia papel de potência de primeira linha, mostrou sua fragilidade.

deslocados de guerra. No primeiro caso, manteve-se a tendência à chegada massiva dos fluxos tradicionais, constituídos por portugueses, italianos e espanhóis (galegos em sua maioria). Estes reativaram antigas cadeias migratórias, colocadas em estado de latência ao tempo da guerra, responsáveis, em parte, pela elevação dos números de entrada em 1952/3, sem nunca atingir, entretanto, a pujança dos deslocamentos ocorridos na conjuntura da Grande Imigração.

A tendência a uma maior visibilidade da mulher imigrante foi, então, consolidada, registrando-se, em 1950, a presença de 52.565 portuguesas (39.79% do total) e 4.871 (48.04%) espanholas. Por outro lado, o censo demonstrou uma maior concentração - tanto de homens quanto de mulheres - de indivíduos na faixa dos 40 aos 69 anos, demonstrando, assim, que os números censitários contemplavam imigrantes chegados há tempos na cidade, antes da elevação dos quantitativos de entrada na década de 1950, cujo ápice ocorreu no ano de 1952¹⁸.

Apesar da queda nos números absolutos de portugueses fixados na cidade do Rio de Janeiro (Estado da Guanabara a partir do deslocamento da capital para Brasília), o Censo de 1960 expressou o impacto dos fluxos chegados à cidade no período de renascimento da imigração de massa dos anos 1950. O peso dessas entradas, entretanto, foi atenuada, por conta de uma população estrangeira envelhecida que, em dez anos, teve baixas consideráveis. Muitos dos imigrantes que chegaram nessa nova onda massiva de imigração (anos 1950 e 1960) eram mulheres, que se haviam deslocado em companhia de maridos e familiares, ou que haviam deixado sua terra natal para encontrar seus companheiros, em geral, em companhia dos filhos. Não deve, também, ser desprezada a imigração de mulheres solteiras e sós, como Maria C. D. F¹⁹, natural do Porto, que partiu de Portugal, em 1955, ao completar 18 anos, ao saber que a madrinha que a criava “não mais queria saber dela”.

O número relativo a homens e mulheres vindos de Portugal e da Espanha (da Galícia, majoritariamente), residentes na cidade, manteve, em geral, equivalência em termos de desigualdade entre os sexos. Foi então registrada a presença de 67.512 portuguesas (41.87% do total da nacionalidade) e 7.372 espanholas (42.67%), com os percentuais relativos às duas nacionalidades mostrando-se muito próximos, com o percentual aproximando-se dos 50%²⁰.

¹⁸ Censo Demográfico de 1950. Serviço Nacional de Recenseamento. Série Nacional, vol. I., Rio de Janeiro, IBGE, 1956, p. 82 (estrangeiros presentes, discriminados por países de naturalidade e sexo, segundo as regiões fisiográficas e as Unidades da Federação). Biblioteca do IBGE. Registre-se que o ano de 1964 e os primeiros tempos de regime militar no Brasil conheceram queda muito acentuada no número de entradas, seguindo-se a caracterização do país não mais como país de chegada, mas de partida.

¹⁹ Depoimento prestado em entrevista concedida a Lená M. de Menezes, em 02 de agosto de 2012, que contou com a participação da bolsista Marina Sanches Barbosa.

²⁰ Censo Demográfico de 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, vol. I, tomo XII, 1ª parte: Guanabara, p. 12 (Estrangeiros por sexo e situação de domicílio segundo país de naturalidade). Biblioteca do IBGE.

Na dialética entre o partir e o ficar, um papel especial foi ocupado pelas “viúvas de vivo”, tanto na Galícia quanto em Portugal:

O meu homiño perdeuse,
ninguén sabe en onde vai...
anduriña que pasache
con el as ondas d'o mar,
anduriña, voa, voa
ven e dime en onde está.
(Castro e Follas Novas, 1880)

É mais do que conhecida a expressão *viúvas de vivo*, cunhada pela poetisa galega Rosália de Castro, em sua obra *Follas Novas*, para referir-se à realidade vivida por milhares de mulheres galegas que, em sua terra natal, choravam a ausência do marido; sobreviventes do fenômeno imigratório que assolou o Norte da península ibérica.

A expressão foi apropriada por Caroline Brettel para o caso português, em sua obra sobre a emigração de uma freguesia minhota (Brettel 1991), analisando como todo um conjunto de mulheres vivenciaram, sem se deslocar, o período da Grande Imigração, e tiveram suas vidas para sempre marcadas pela partida de seus maridos, condicionadas a ser uma espécie de Pénélope, a viver à espera do retorno de seus companheiros. Para muitas delas, tal desejo nunca se realizou, e o momento da partida foi aquele no qual elas os puderam ver pela última vez.

No século XIX, a participação da mulher galega e/ou da portuguesa, nos deslocamentos transoceânicos, mostrou-se inferior à média espanhola e portuguesa para o século que se seguiu, devido à pouca expressão da imigração familiar nos Oitocentos. No caso específico das galegas, é importante registrar que o fenômeno se distanciava da realidade vivida em outras regiões espanholas, caso, por exemplo, na Andaluzia, que registrava a partida de famílias inteiras dispostas a se instalar nos campos brasileiros. Na Galiza, como no norte de Portugal, predominava a imigração de homens solteiros, como, também, de homens casados, que, em geral, tinham a intenção de retornar à pátria. Por outro lado, a imigração feminina galega, que tinha por objetivo complementar uma renda familiar baseada na agricultura de subsistência, cumpria rotas traçadas na própria da península. Mesmo sem cruzar o atlântico, essas mulheres buscavam melhorias econômicas em terras de outrem. (Eiras Roel e Castelao, 1992).

A participação das mulheres nos processos migratórios esteve, assim, estreitamente vinculada ao sistema fundiário; à forma dominante de organização familiar e às complexidades do sistema de estratificação social. A saída dos varões e as condições econômicas do local de origem contribuíram para que elas tivessem um papel ativo em determinados nichos de mercado, como o trabalho doméstico, proporcionando-lhes, também, certa liberdade e mudanças de comportamentos, como a motivação da atividade sexual fora do matrimônio e o alto nível de

celibato feminino. Essa liberdade, entretanto, deve ser analisada no contexto da estrutura socioeconômica do local de origem e não como conquista espontânea ou consciente das mulheres envolvidas no processo. Na Galícia, no norte de Portugal e no Brasil (ainda que com menor impacto), essas mulheres eram continuamente vigiadas pelos costumes e valores de sua sociedade, com as redes de solidariedade e os mecanismos informais encarregando-se de vigiar de perto tantas as que partiam como aquelas que, na terra natal, esperavam pelo retorno de maridos, irmãos e filhos.

Galegas e portuguesas estavam submetidas a um modelo migratório que fracionava o núcleo familiar em dois grupos: os pais e esposas dos imigrantes, que permaneciam nas aldeias, e os filhos e os maridos que partiam para as Américas. Essa estrutura favorecia retornos temporais ou definitivos (Villares e Santiago 1996), fazendo surgir “brasileiros” e “indianos” em terras ibéricas. Os homens emigravam e deixavam suas terras aos cuidados das esposas e do restante do núcleo familiar. Visavam, assim, garantir suas posses, no caso de um possível fracasso em sua experiência migratória. Por outro lado, quando vinham adquirir propriedades na terra natal, tendiam a fazê-lo através de recursos obtidos nas Américas, aumentando, assim, seu patrimônio. Dessa forma, as remessas, para além de garantirem a sobrevivência familiar, tornavam-se garantia de um futuro melhor.

A mobilidade da mulher dependeu, em grande parte, da existência de algum parente que a reclamasse, para, então, poder partir rumo à América. A emigração feminina, além disso, estava exposta a várias restrições e situações de risco, incluindo a própria viagem.

De acordo com a legislação portuguesa, as mulheres casadas e os filhos menores não podiam emigrar sem a autorização dos maridos e pais. Restringiam-se as saídas para o estrangeiro, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em Portugal funcionavam como um suporte, ampliando as possibilidades do retorno, e facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país (Menezes e Matos 2017, 155).

No caso espanhol, as *Reales Ordenes de Gobernación*, de 7 de outubro de 1902 e de abril de 1903, obrigavam à obtenção da permissão dos pais ou tutores, no caso de menores de 23 anos viajando sós. No tocante às mulheres, era exigida a permissão dos maridos para as mulheres casadas, se não viajassem acompanhadas. Posteriormente, a Lei de Emigração de 1907, que reconhecia a liberdade de todo espanhol emigrar, foi restritiva e protecionista, já que impôs disposições semelhantes às exigidas para mulheres casadas e menores de idade que viajassem sozinhas. A legislação de 1924 não melhorou a situação das mulheres, ao contrário, elevou para 25 anos a idade das solteiras que não podiam embarcar sozinhas. Ao depender da figura masculina, muitas mulheres partiram para a América não somente para ajudar na economia doméstica, mas também porque eram filhas, mães, irmãs ou esposas de emigrantes (Caglio Vila 1997).

A própria colônia galega, em alguns países, atuou contra a emigração feminina, o mesmo ocorrendo no caso português. Durante o período de 1916 a 1921, por exemplo, a campanha espanhola contra o deslocamento de mulheres foi intensa. A opinião pública cubana, e particularmente a colônia espanhola, escandalizavam-se frente ao crescente fenômeno da prostituição das numerosas serventes espanholas, em sua maioria galegas. O mesmo ocorria com as portuguesas que, regra geral, compunham o universo do baixo meretrício na capital brasileira. A imagem depreciativa das “serventes” galegas, entretanto, começou a mudar a partir da década de 30, quando a própria condição profissional das imigrantes sofreu variações, com a passagem das serventes a donas-de-casa. A maioria das serventes galegas casou com patrícios, e quando a situação econômica do esposo permitia, elas deixavam o trabalho para se dedicarem às tarefas do lar. A partir do momento em que a situação econômica do cônjuge não era suficiente para sustentar a família, elas buscavam trabalhos relacionados com o serviço doméstico ou ajudavam nos negócios familiares (Vidal 2002, 191-245).

Com relação aos casamentos no interior de um mesmo grupo étnico, os portugueses nos dão um excelente exemplo. Apesar do mito da miscigenação, eles tenderam a contrair núpcias com patrícias ou filhas de portugueses. Muitos comerciantes, inclusive, quando reuniam recursos, viajavam a Portugal em busca de esposas. No caso de casamentos realizados no Brasil, as redes sociais que eram tecidas propiciam enlacs no próprio grupo, o que tinha como resultado principal a manutenção dos negócios em mãos portuguesas. Essas teias familiares e de negócios podem ser analisadas a partir de algumas trajetórias, dentre as quais, aqui destacamos a de Matheus Lourenço de Menezes.

Açoriano da Ilha Terceira, Matheus Lourenço nasceu em 1867, na Praia da Vitória, Diocese de Angra do Heroísmo, e morreu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1950, pouco depois de completar 80 anos de idade. Emigrou para o Brasil na companhia de duas irmãs, uma das quais, Maria, casou-se com um açoriano da ilha do Fayal, que se tornou comerciante de sucesso na Praça do Rio de Janeiro. O próprio Matheus casou com a filha de renomado português, que havia se deslocado de Santos para o Rio de Janeiro, também empreendedor. Do casamento de Matheus com Maria Augusta, nasceram três filhos. Dois deles casaram com filhas de pais portugueses e mães portuguesas de segunda geração. Apenas na terceira geração esses vínculos étnicos deixaram de ser reproduzidos.²¹

²¹ A trajetória foi descrita em um diálogo entre memória familiar e avisos diversos publicados em jornais de época (Jornal do Brasil, A Noite e outros), bem como da documentação depositada no Arquivo de Angra do Heroísmo, com destaque para o registro de batismo de Matheus Lourenço e livros de passaportes.

Em determinadas conjunturas, a própria legislação levava à reprodução, na cidade de acolhimento, de redes familiares e de vizinhança tecidas em Portugal. Foi o caso das cartas de chamada, requisito indispensável à imigração em países sul-americanos em determinadas conjunturas. No Brasil, esse documento tornou-se obrigatório em 1911, para os maiores de 60 anos, sendo ampliado nas décadas que se seguiram. Pais e maridos, no caso das mulheres, responsabilizavam-se por aquelas que partiam. As cartas de chamada, bem como outros tipos de missivas, são hoje fontes preciosas para a análise de facetas fugidias dos processos migratórios. No caso da correspondência entre maridos e esposas, é possível travar contato com as preocupações com o patrimônio na terra natal, com a viagem transoceânica, com possíveis dificuldades a serem enfrentadas na terra de acolhida, com comportamentos esperados, e, também, com avisos sobre determinados comportamentos ou a interdição à vinda de alguns familiares.

Na sua maior parte, as missivas visavam consentir o embarque, mas, em certos casos, os remetentes desestimularam a partida para o Brasil, relatando as dificuldades do cotidiano. Por vezes, genros se manifestavam explicitamente contra a vinda das sogras. Em outras usavam de subterfúgios para dissuadi-la da viagem, denotando ressentimentos e impondo condições; caso a sogra viesse, no Brasil a situação seria diferente e ela deveria se submeter ao genro (Menezes e Matos 2017, 156).

Imigrantes trabalhadoras na capital brasileira²²

Na questão do trabalho, as proximidades existentes entre mulheres provenientes do norte de Portugal e da Galícia têm expressiva visibilidade, quer no tocante ao trabalho doméstico quer com relação à presença no pequeno comércio, constituído por armazéns, quitandas, açougues, bazares, pensões, hotéis, casas de pasto, lanchonetes e bares. É possível, também, observar que a invisibilidade historiográfica sobre o trabalho por elas desenvolvido não é compatível com sua participação ativa no cotidiano urbano. Ainda que essa participação seja minoritária no que diz respeito aos dados quantitativos globais, silenciada em muitas zonas de sombra, como é o caso do pequeno comércio, ela se mostra majoritária e adquire maior visibilidade, em determinados nichos de mercado. É o caso do trabalho doméstico, conforme demonstra o censo realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1906, que coloca o foco na questão das profissões. Este registra um total de 18.520 mulheres estrangeiras (72.82% do total) que trabalha em serviços domésticos, contra apenas 6.912 homens. Entre estas, consideradas as tendências da imigração na cidade, destacavam-se,

²² O Rio de Janeiro foi capital desde os tempos imperiais, tendo sido transferida de Salvador no ano de 1763, devido ao escoamento do ouro de Minas Gerais. Em 1808 tornou-se sede da monarquia bragançina, com a fuga da família real para o Brasil, devido às campanhas napoleônicas. Em 1815, tornou-se capital do Reino Unido ao de Portugal e Algarves e em 1822, com a Independência do país, capital do Império do Brasil. Em 1898 tornou-se capital da República, situação que perdurou até o ano de 1960, quando a capital foi transferida para Brasília, no Planalto Central, nunca perdeu, entretanto, sua capitalidade.

portuguesas, italianas e espanholas. Deve ser ressaltado, também, o elevado número de mulheres quantificadas na rubrica “Sem profissão declarada, maiores de 15 anos”: 15.655 mulheres (80.54%) e 3.782 homens, e na de “Profissões desconhecidas”: 6.178 mulheres (93.83%) e 406 homens. No tocante a outros registros, sua presença é inexpressiva, com exceção da indústria do vestuário e *toilette*, na qual a presença feminina, embora minoritária, mostra-se importante: 5.124 (36.66%), em um total de 13.977 trabalhadores.

Como afirma Pilar Cagiao, no momento em que as mulheres deixaram de ser “viúvas de vivos”, para seguir o caminho da emigração, sua incorporação à América passou a ser, de diferentes formas, mais “dramática” do que a do homem. As penúrias e desgostos começavam na viagem, com o assédio compondo a cenografia da travessia oceânica. Chegadas ao país de destino, as estruturas patriarcais limitavam sua ação, apesar da e/imigração possibilitar, em última instância, liberdades impensadas na terra natal. Do ponto de vista profissional, regra geral, a elas eram delegados trabalhos mal remunerados e de pior consideração social (Cagiao Vila 1991, 78-81).

Nos serviços domésticos, no interior das fábricas e em estabelecimentos de menor porte, as mulheres, comumente, eram alvo de assédio e, mesmo, de abusos por parte de seus empregadores. Em um contexto de polarização entre mães de família e mulheres consideradas fáceis, ser “criada de servir” implicava a reprodução de muitos estereótipos, não apenas no Brasil, que tinha heranças da escravidão, mas, também, na própria Península Ibérica, em especial, nas maiores cidades.

O exemplo dado por Piedade C.,²³ natural de Macieira, em Portugal, é emblemático dos vínculos que podiam ser estabelecidos, nos níveis da prática e das representações, entre determinadas ocupações e a prostituição. Piedade tinha 34 anos, era solteira e moradora à rua da Alfândega, nº 89, no centro do Rio de Janeiro quando foi chamada a depor na polícia, contra o homem que a explorava. Segundo ela, chegara de Portugal em companhia de um indivíduo natural de Lisboa, preso e processado por lenocínio, em 1909. Segundo seu depoimento, ela havia conhecido o acusado, por volta de 1903, naquela cidade, onde era criada de servir. Logo que com ele se amasiou, ele largou o emprego em uma fábrica e passou a explorá-la. Para fugir à situação, ela partiu para o Brasil, mas ele a seguiu e, mesmo estando ela a viver com outro homem, continuou a dar-lhe dinheiro sob a ameaça de morte. Com base em suas informações, seu explorador foi expulso (Menezes, 1996), embarcando para Lisboa em 07 de janeiro de 1910, mas a experiência

²³ Piedade foi depoente no processo de expulsão movido contra seu explorador. Cf. Arquivo Nacional (Brasil). SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ⁷ 159. Optamos por manter o sigilo do sobrenome, por questões éticas.

por ela vivida serve de exemplo do quanto ser criada de servir implicava vulnerabilidade, quando não a ideia de acessibilidade, ensejando representações estereotipadas.

Nas clivagens existentes, a origem das trabalhadoras, muitas vezes, tinha seu peso. Considerando as galegas em Buenos Aires, Moya (2001, 11) demonstra, por exemplo, que elas estavam concentradas em trabalhos menos qualificados do que outras espanholas, com a associação conceitual entre trabalho doméstico e sexualidade fazendo-se presente no dia-a-dia das “mucamas” galegas. Vistas pela sociedade como pessoas comprometidas, dentro do lar, com o patrão, os filhos, e em menor medida, com os outros serventes, o preconceito fazia-se permanente. A desigualdade das relações “amo-servo”, combinada com os padrões morais, prestava-se a abusos de poder que adquiriam dimensão sexual.²⁴ Para Vázquez, a tradicional divisão sexual e a demanda do mercado de trabalho dos países de imigração privilegiavam a mobilidade da mão de obra masculina. Tudo isso, unido a questões, como o serviço militar obrigatório para os jovens varões; a divisão familiar da pequena propriedade; e os obstáculos legais para a emigração feminina colaboravam para a discriminação à mulher, limitando a sua participação nos fluxos migratórios (Vázquez 1999, 165).

Ao lado de seus maridos ou de familiares, encobertas pelo manto do silêncio, alguns registros demonstram que as mulheres contribuíram, com sua força de trabalho, para o sucesso dois negócios familiares, apesar de terem uma atuação que pode ser considerada “silenciosa”. As fontes numéricas, por outro lado, reforçam os silêncios, tendo em vista serem assexuadas. Algumas zonas de sombra, entretanto, podem ser penetradas, quando as vozes femininas são ouvidas, através do recurso à História oral, crucial no desvelamento de trajetórias mais recentes, tendo em vista que as primeiras e/imigrantes já não podem narrar suas vivências e, raramente, deixam, de próprio punho, registros de suas trajetórias. Nesse sentido, é importante lembrar que apenas contamos com depoimentos de mulheres que participaram da chamada Segunda Imigração, compreendida entre as décadas de 1940 e 1960.

Trabalho doméstico: um estudo de caso

Através do levantamento de fontes nominativas, como as matrículas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro, no período que se estende da segunda metade do século XIX à década de 1930, contabilizamos o total de 241 mulheres entre 1877 e 1939. Desse total, um percentual de

²⁴ Na Argentina o estereótipo da mucama galega ganhou vida através de vários personagens, como *Ramona*, personagem idealizado pelo desenhista Lino Palacio a partir de uma imigrante real (uma criada galega) e que entre os anos de 1930 e 1933 apareceu regularmente nas páginas do jornal portenho *La Opinión*. Um dos argumentos prediletos era apresentar a infeliz mucama como vítima de *vivos*, *compadritos* e demais aproveitadores do submundo urbano portenho, com os quais se prometia em casamento, dando-lhes todas as suas economias e depois sendo abandonada por eles (Núñez Seixas 2002, 84).

99,1% estava formado por donas de casa.²⁵ Esse contingente iniciou sua experiência emigratória posteriormente aos homens, na década de 1910, consolidando essa tendência nos anos 1920, com os reagrupamentos familiares.

Na análise da ocupação galega feminina no Rio de Janeiro, porém, percebemos algo contraditório, ao realizar o cruzamento de dados relativos às imigrantes. Como afirmamos anteriormente, de um total de 241 mulheres registradas no consulado espanhol, 228 delas afirmaram não trabalhar e se declararam “donas de casa” (em espanhol “*sus labores*”). No entanto, 90 dessas mulheres disseram-se solteiras. Concluímos que aí se impõe uma verdadeira nebulosa, pois ser “dona de casa” referia-se, socialmente, às mulheres casadas. Uma das hipóteses possíveis é a de que as solteiras assim se declaravam pelo fato de terem sido chamadas, por parentes, para ajudarem nos serviços domésticos no interior de seus lares, ou, mesmo, nos estabelecimentos comerciais. Outra hipótese relaciona-se com o fato das emigrantes, que exerciam a profissão de empregada doméstica, tenderem a se dizerem “donas de casa”, com o intuito possível de ocultar uma profissão que era marginalizada na sociedade brasileira, ocultando, assim, a exploração de sua força de trabalho no interior de outros lares que não o seu.

No final do século XIX e começo do século XX, recém-concluído o processo de Abolição da Escravatura (1888), os trabalhos domésticos e, de uma forma geral, qualquer trabalho braçal, era visto pela sociedade brasileira como ofício depreciativo, antes destinado aos negros/as escravizados/as. Eram as escravas, por exemplo, que exerciam as funções de cozinheira, arrumadeira, lavadeira, passadeira, faxineira, babá, ama de leite, etc. Por isso, pode ser que as emigrantes, confrontadas com realidade brasileira, manifestavam algum tipo de receio ou pudor em revelar o exercício dessas ocupações. Cabe, também, a possibilidade de que, vivendo na casa de um parente, e trabalhando como empregada doméstica, a imigrante tivesse interesse em ocultar o fato. Nesse caso, ao conviver em um ambiente familiar, preferiam designar-se “donas de casa”. A opção por trabalhos domiciliares, por outro lado, era solução para mulheres que desejavam ou necessitavam trabalhar, para sua sobrevivência, desempenhando tarefas que não precisavam de especialização. Em todo o levantamento realizado, a partir das inscrições do Consulado do Rio de Janeiro, somente uma emigrante afirmou ser “mucama”; ocupação associada à imagem da escrava que exercia as tarefas na casa de seu senhor.²⁶ Não pode ser esquecido, por outro lado, que tanto mulheres quanto homens acolhidos por familiares, amigos e patrícios eram instados a desempenhar

²⁵ Inscrições consulares, século XIX- 1939. Arquivo do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro (ACERJ). Sarmiento, 2017.

²⁶ Inscrições consulares, século XIX- 1939. ACERJ.

tarefas domiciliares, como forma de retribuição ao seu “acolhimento” (Matos 2002, 11; Menezes 2017).

Ainda que levantamento semelhante para as portuguesas não tenha sido realizado, considerando os registros consulares, é possível verificar, através de alguns depoimentos, que o processo não se distanciava muito do descrito com relação às galegas, com as quais elas estabeleciam relações de vizinhança, amizade e trabalho. O caso da portuguesa Margarida C. M²⁷, que chegou ao Brasil, com pai, mãe e uma irmã, é ilustrativo das formas de exploração que afetavam o trabalho doméstico, vergado sob o peso das heranças da escravidão.

Com 18 anos, Margarida foi obrigada a trabalhar, porque o pai adoeceu. Por sugestão do senhorio da casa onde a família morava, ela e a irmã foram morar e trabalhar em sua casa, assumindo todas as tarefas domésticas, condição exigida para o senhorio não despejasse o pai doente e a mãe. A irmã, mais rebelde, fugiu, certo dia, para ir ao circo e acabou sendo devolvida à família, mas Margarida permaneceu, até casar, na casa do dono do imóvel onde sua família morava. Por conta desse trabalho, cumprido em tempo integral, nunca frequentou a escola, tendo sido alfabetizada pela família do patrão. Essa condição de quase escrava fez surgir, nela, uma subserviência que a acompanhou pelo resto de sua vida. Segundo a filha, sempre que ela visitava alguém, mesmo já casada e com filhos, costumava entrar pela porta dos fundos.

Secularmente, o serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro era desempenhado por negros/as escravizado/as. Com o fim da escravidão, e com os fluxos massivos de imigrantes europeus chegados à cidade, as referências às imigrantes dedicadas ao trabalho doméstico aumentaram consideravelmente. Uma explicação para o fato foi a preferência manifestada pela alta sociedade de época de ‘branquear’ seus serviçais, a partir de concepção segundo a qual o trabalho exercido por europeias era superior, representando, em última instância, a chegada da civilização nos trópicos (Menezes 2007).

Na sociedade do pós-abolição, muitas estrangeiras passaram, assim, a ocupar espaços antes monopolizados pelo braço escravo. Em sua tese sobre as criadas estrangeiras no Rio de Janeiro, no período da Grande Imigração, Natalia Batista Peçanha, a partir de uma análise realizada a partir de anúncios de jornal da época, verifica que as demandas e as ofertas por europeias não foram, porém, dominantes. A partir dessa constatação, a pesquisadora afirma que a forma de contratação por anúncios poderia não ser a primeira opção dos recém-chegados que precisavam se empregar (Peçanha 2018).

²⁷ Depoimento prestado em entrevista concedida a Lená M. de Menezes, em 24 de agosto de 2017.

Segundo os resultados de sua pesquisa, a imigração ibérica urbana e espontânea, incluindo aí os fluxos femininos, caracterizou-se, na cidade do Rio de Janeiro, por cadeias migratórias formadas desde a segunda metade do século XIX (Sarmiento 2017). Considerado esse contexto, as mulheres que trabalhavam em casas de família, como foi mencionado anteriormente, tendiam a omitir sua condição de empregada doméstica, visto se empregarem à margem do mercado formal, tendo por padrões parentes ou indivíduos que compunham suas redes de sociabilidade. O papel da mulher imigrante galega, como também da portuguesa, porém, era muito presente no setor, não só aquele voltado para a própria casa, como, também, para outros lares e, mesmo, para determinados estabelecimentos comerciais. Como lavadeiras, cozinheiras, encarregadas da limpeza, arrumadeiras, em hotéis, essas mulheres trabalhavam em setores sujeitos ao esquecimento. Não eram poucas, por outro lado, aquelas que lavavam e passavam roupa de clientes nos cortiços onde moravam, como demonstra Aluísio Azevedo, em sua obra mais celebrada: *O cortiço*, publicada em 1890.

Na fala de mulheres, suas adversidades...

Os depoimentos prestados por mulheres imigrantes, em entrevistas semi-estruturadas realizadas pelas autoras, apontam para trajetórias marcadas por dificuldades, discriminação e muito trabalho. Veja-se a história de J. A. F.²⁸, emigrante galega da província de Lugo, que chegou ao Rio de Janeiro na década de 1950. Esta revela o quanto de obstáculos, sofrimentos, invisibilidades e sombras afetavam o mundo de trabalho feminino, especialmente o que envolvia mulheres de baixa condição social.

Separada do marido, com uma filha menor de idade, sem recursos e sem família, em um país desconhecido, J.A.F foi buscar auxílio junto ao consulado espanhol e a patrícios já estabelecidos na cidade: donos de estabelecimentos que poderiam lhe oferecer algum trabalho. Com pouca instrução - como a maioria das mulheres de sua época, as oportunidades eram restritas e vinculavam-se a ocupações identificadas com papéis tradicionais. Regra geral, essas ocupações compunham o mercado informal, o que implicava trabalhar sem registro, sem carteira de trabalho, sem direitos..., quando leis trabalhistas já regulamentavam as relações de trabalho Sua ocupação inicial foi a de empregada doméstica, tornando-se, depois, camareira de hotel e atendente de restaurantes populares. Em uma de suas falas, J.A.F fez, assim, seu desabafo:

Quando eu trabalhei num restaurante em Niterói, tipo lanchonete, ali na Rua das barcas, eu comia escondido o resto dos petiscos que sobravam dos clientes. Eu nem mastigava, comia em pé, de cabeça baixa, escondida, pois o patrão proibia e eu sentia muita fome. Depois disso, eu nunca mais consegui comer devagar. Ficou essa sensação de pressa, de proibido...

²⁸ Depoimento, em entrevista concedida a Érica Sarmiento, no ano de 2010.

J. F.A trocava de emprego com constância, reflexo de um mercado de trabalho essencialmente masculino e instável, que vulnerabilizava a mulher. Uma de suas experiências, em especial, marcou para sempre sua vida, quando ela exercia a função de camareira de um motel de luxo no Rio de Janeiro, propriedade de um imigrante também galego.

Eu fui pedir emprego e consegui nesse motel de uns galegos muito conhecidos. Eu era camareira, trabalhava bem, atendia bem, e ganhava boas gorjetas. Os clientes frequentavam muito na hora do almoço, já sabe (risos), eram quase sempre os mesmos, e levavam as mulheres lá, e pediam comidas e bebidas e eu servia os quartos. Numa dessas vezes, a refeição estava atrasando muito e eu falei com o cozinheiro que o cliente não podia esperar, que estava prejudicando meu serviço. Fui reclamar na cozinha e pedi que mandassem a comida logo, e o cozinheiro gritou lá debaixo para mim: - 'Pega e enfia no seu grelo!!!' e começaram a rir. Eu não sabia o que era aquilo, só sabia que não era coisa boa. Fui reclamar com o dono do hotel.

Sem uma figura masculina que a protegesse, a emigrante encontrou-se exposta a ofensas que tinham conotações sexuais. Sabendo de sua condição de estrangeira e, portanto, de sua fragilidade, seus companheiros de trabalho costumavam dirigir-lhe palavras chulas, destinadas a humilhá-la e fazê-la reconhecer seu "lugar". Segundo o que disse, ficou desorientada com a atitude dos cozinheiros e foi buscar apoio naquele que entendia ser seu protetor: o galego dono do hotel. Em realidade, porém, na condição de mulher, estrangeira e separada do marido, J.A.F. acabava por ter, sobre si, a suspeição sobre sua honestidade, não conseguindo, sequer, estabelecer um círculo de amizades com seus patrícios, o que a levou a encontrar apoio afetivo e, algumas vezes, material, em amizades brasileiras, sujeitas às mesmas dificuldades que ela. Foram estas, porém, que a levaram a conhecer e conviver em ambientes de prostituição.

Eu não tinha para onde ir. Deixei minha filha em uma pensão muito humilde, mas familiar, o dono era brasileiro e era meu amigo, mas eu não tinha como pagar a minha parte. Então, umas moças brasileiras que moravam em Copacabana, me chamaram para morar com elas. Elas costuravam de dia, e de noite elas, elas... já sabe, elas faziam a vida.

Através da narrativa de J.A.F, é possível perceber a imagem negativa que, em geral, recaía sobre mulheres sós e obrigadas a trabalhar para sobreviver. Tanto quanto mulheres negras e tantas outras estrangeiras da virada dos Novecentos, J.A.F passou por privações e por situações de humilhação, em um mercado de trabalho que primava pela informalidade e por uma exploração extremada, além de dominado por homens. Muitas mulheres, entretanto, desenvolveram estratégias de sobrevivência, dentre as quais podem ser incluídas denúncias feitas contra patrões, o abandono e/ou a troca de emprego, etc.

A portuguesa M. A. M.²⁹ foi uma das que, ainda que nunca tenha exercido a prostituição, abandonou seu primeiro emprego devido ao assédio do patrão. Nascida no distrito de Aveiro, no

²⁹ Dados recolhidos, em entrevista concedida a Lená Medeiros de Menezes, em 22 de abril de 2011. Sobre a trajetória mais completa da entrevistada, ver Menezes (2014, 317-328).

ano de 1932 e, desde muito cedo, trabalhadora no campo, tinha 18 anos quando chegou ao Rio de Janeiro, na companhia da mãe, do padrasto e de dois irmãos, tendo muito pouca instrução. Não queria partir de Portugal, onde estavam suas amigas de infância e, principalmente, seu namorado, mas não teve como não acompanhar a família. Seu primeiro emprego, ao chegar à cidade brasileira, foi de empregada doméstica, na casa de família moradora no bairro de Copacabana. Sofreu calada, por algum tempo, o assédio do patrão, pois temia a reação da mãe contra ela, caso lhe relatasse o que ocorria.

Quando não aguentava mais a situação, e tendo convencido a mãe de que não tinha qualquer culpa, conseguiu abandonar o emprego. Foi trabalhar em uma fábrica situada no bairro da Gamboa, próximo ao porto. Sem que tenha explicado os motivos para sua atitude (não esqueçamos que o assédio também afetava as operárias), também abandonou esse emprego. A seguir, empregou-se como ajudante em uma lanchonete situada na Central do Brasil, cujo proprietário era um português. Ficou no emprego até o momento em que casou com um sapateiro da mesma nacionalidade que a dela e, após o nascimento dos filhos, acompanhou o marido na aventura da constituição de um negócio próprio, inicialmente uma quitanda, depois, um armazém. Viúva muito jovem e já tendo perdido dois filhos, tornou-se, mais uma vez, proprietária de um armazém e, após acumular muitos prejuízos, abriu um bar, em um subúrbio longínquo. Foi nesse bar que a entrevista foi realizada.

As estratégias femininas para enfrentar as dificuldades e garantir a sobrevivência foram muitas, mas, raramente, ganharam visibilidade. Por isso, uma forma de revelá-las é buscá-las fora dos arquivos tradicionais. Um caminho possível é a História Oral, através da qual é possível dar vez e voz a mulheres corajosas e lutadoras, que souberam garantir uma melhor situação para seus filhos e netos, ainda que a questão colocada pelo processo continuado de reconstrução da memória deve ser sempre preocupação do pesquisador.

À guisa de conclusão

Ao longo de um século, registrou-se o contínuo crescimento da presença da mulher imigrante na cidade do Rio de Janeiro. A presença mais nítida e impactante das portuguesas, de forma alguma, anulou a presença das espanholas, majoritariamente, galegas, com inúmeras proximidades entre as duas nacionalidades. Os motivos para esse crescimento foram vários, incluindo-se o desejo da reunificação familiar; a utilização da força de trabalho feminina no pequeno comércio; a e/imigração familiar, em especial no Pós-Segunda Guerra e, no caso da Espanha, a Guerra Civil, responsável por muitos deslocamentos. Não pode ser esquecida, também,

a emigração de mulheres sós, embora estes tenham sido sempre minoritários. Considerados os censos como fontes, há de ser lembrado, ainda, que os stocks populacionais apontam para a maior longevidade feminina, o que não deixa de ter significação no cômputo geral dessa presença. Registre-se, aliás, que as viúvas têm visibilidade, em pleno século XIX, nas relações de comerciantes publicadas, anualmente, pelo *Almanak Laemmert*.³⁰

Retornando à pergunta com a qual iniciamos este texto: - “Seriam silenciosas as mulheres?”, Michelle Perrot encaminha nossa resposta, ao alertar que as mulheres transbordaram “do privado ao público, do ensino ao tribunal, dos conventos à mídia” (Perrot 1998), ao que acrescentamos o transbordamento ocorrido do trabalho envergonhado, desempenhado por trás de portas e balcões, à proclamação de suas potencialidades, fazendo ecoar, por toda parte, o ruído de suas vozes.

É correto dizer que a escrita da História, por tanto tempo, as esqueceu, mas a História Oral, no tempo presente, vem resgatando trajetórias que lhes dão o papel de protagonistas, possibilitando que, a partir do presente, muitas lacunas do passado sejam preenchidas. Muitas facetas do cotidiano vivido em terra estrangeira, ademais, só muito recentemente tornaram-se preocupação dos pesquisadores, incluindo as formas de resistência contra as adversidades em terra estrangeira e as dimensões do universo de sensibilidades que as afetavam. E mais, é também recente a contemplação de que, entre os polos opostos da mãe de família e da prostituta - verso e anverso do mesmo campo representacional e prisões do século XIX -, viveram mulheres que não se ajustavam a esses enquadramentos, sendo capazes de muitas grandezas e realizações, na luta contra as tensões cotidianas.

Portuguesas e galegas, contempladas neste artigo, refutam os limites impostos por fronteiras nacionais, contemplando discriminações e lutas gerais, que mergulham em poderosas representações de gênero. Através das mulheres aqui reveladas, fica o convite para que muitas outras mulheres imigrantes tenham sua atuação, trabalho e sobrevivência em terra estrangeira desvelados, com a contemplação de tudo aquilo que é passível de possibilitar a escrita de uma História da imigração no feminino.

Referências bibliográficas

Alves, Jorge Fernandes. “Peregrinos do trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”. *Estudios Migratorios*, nº 4, dezembro de 1997, pp.69-81.

³⁰ Em realidade, Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro, publicado pelos irmãos Laemmert. Publicado a partir de 1844, teve edições anuais, sem interrupção, até 1899, sendo fonte preciosa para o mapeamento das atividades econômicas e profissionais desenvolvidas na capital brasileira.

Bacelar, Jeferson. “Mulheres de Galicia”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12, n.2 (2004): 245-247. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200018>

Brettel, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam - Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

<https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.1910>

Cagiao Vila, Pilar. *Muller e emigración*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1997.

Castro, Rosália de. “Follas Novas”. apud Góñez, Mónica. *Víúvas de vivos*. Universität Trier, 1880. Disponível em <http://culturagalega.gal/album/docs/217_16./pdf>. Acesso em 5 de julho de 2018.

Dalla-Corte Caballero, Gabriela, coord. *Familias, movilidad y migración*. América Latina y España, Rosario: Prohistoria ediciones, 2015.

Duroselle, Jean-Baptiste. *Histoire Diplomatique - De 1919 a nos jours*. 7ªed. Paris: Dalloz, 1978.

Eiras Roel, Antonio. “Para unha comarcalización del estudio de la emigración gallega. La diversificación intrarregional a través de los censos de población (1877-1920)”. Em *Aportaciones al estudio de la emigración galega - Un enfoque comarcal*, ed. Antonio Eiras Roel, 7-32. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992.

López Taboada, José Antonio. “Emigración gallega a Portugal em la primera mitad del siglo XIX”. Em *Migraciones internas y médium-distance em la Península Ibérica, 1500-1900*, eds. Eiras Roel e Ofélia Rey Castelao, 417-426. Santiago, Xunta de Galicia, 1994.

Matos, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru/SP: Edusc, 2002.

Menezes, Lená Medeiros de, e Matos, Maria Izilda de. *Mulheres portuguesas em foco – Rio de Janeiro e São Paulo, XIX e XX*. São Paulo: E-manuscrito, 2017.

Menezes, Lená Medeiros de. “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX”. Em *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*, coord. Hugo Cancino, Rogelio de la Mora, 396-414. VeraCruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007.

Menezes, Lená Medeiros de. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872,1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. Em *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, org. Fernando Sousa e Ismênia de Lima Martins, 86-105.Porto/Rio de Janeiro: CEPESE/FAPERJ, 2007.

Menezes, Lená Medeiros de. “Tijuca: registros da lusitanidade. Indústria, comércio e cadeias migratórias”, em *Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, Lená Medeiros de Menezes e Fernando Sousa, 81- 93. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2017.

Menezes, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Menezes, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

Moya, José Carlos, “Los gallegos en Buenos Aires durante el siglo XIX: Inmigración, adaptación ocupacional e imaginario sexual”. Em *La Galicia austral*, ed. Xosé Manuel Nuñez Seixas, 69-85. Bos Aires: Biblios, 2001.

Núñez Seixas, Xosé, *O inmigrante imaxinario. Estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Argentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

Peçanha, Natália Batista. “Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa” – Cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Tese de doutoramento Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

Perrot, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Champs/Flammarion, 1998.

Rey Castelao, Ofelia. “Movimientos migratorios em Galicia, siglos XVI-XIX”. Em *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, eds. Antonio Eiras Roel e Ofélia Rey Castelao, 85-130. Santiago: Xunta de Galicia, 1994.

Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos - antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Rodrigues, Henrique Fernandes. “Emigração clandestina de portugueses para Espanha no século XIX (análise dos livros de recenseamento militar, 1855-65)”. Em *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, eds. Eiras Roel e Ofelia Rey Castelao, 399-415. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1994.

Sarmiento, Érica. *Galegos nos trópicos - Invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2017.

Vázquez, Alejandro González. *La emigración gallega a América, 1830-1930*. Tese de doutorado, Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol., 1999.

Vidal, José Antonio. “A mulher galega em Cuba: da exclusión á tutelaxe, 1898-1968”. *Estudios Migratorios*, nº13-14 (2002): 191-245.

Villares, Ramón, e Fernández Santiago, Marcelino. *Historia da emigración galega a América*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996.

Recebido: 23 de março de 2020

Aprovado: 10 de abril de 2020